



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A IMPRENSA E A CONSTRUÇÃO DE UMA REPRESENTAÇÃO SOCIAL PARA AS UNIDADES
DE POLÍCIA PACIFICADORAS (UPPS)

Luis Claudio Palermo (UERJ) - luisclaudio72@gmail.com

Mestre em História Social do Território e aluno do Curso de Especialização em Sociologia Urbana

-

A Imprensa e a Construção de uma Representação Social para as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs)

Resumo

Desde dezembro de 2008 estão sendo instaladas, em algumas as favelas do Rio de Janeiro ocupadas por traficantes de drogas ou por milícias, as Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs, cuja repercussão junto à sociedade carioca tem sido representativamente boa. A exposição analítica que se empreende, doravante, começa explicitando historicamente a representação social das intervenções estatais em favelas, bem como visa problematizar a importância da atuação política dos cidadãos, numa sociedade democrática. Em seguida, após a sua contextualização e exposição de fundamentos básicos, propõe-se analisar a atuação da imprensa do Rio de Janeiro, no que se refere à implantação das UPPs e sua funcionalidade no que tange ao combate à violência e aos benefícios que esta poderá vir a trazer para o Estado, em especial para os moradores das áreas ocupadas pela polícia. Portanto, unindo características teóricas da atuação política dos grupos sociais à histórica atuação do Estado em favelas, será feita uma análise crítica acerca do papel da imprensa na divulgação das UPPs, com o objetivo de fundamentar nosso argumento central que gira em torno de como a mídia tem contribuído para reforçar estigmas e problemas históricos das políticas públicas dirigidas às favelas.

A política na vida cotidiana

Há muitas pessoas que nutrem uma ojeriza pela política. Ao investigar as razões para tal postura, identificam-se muitos depoimentos em comum, que sinalizam para a relação entre fazer – ou se interessar por uma participação política ativa – com política em nível de Estado, incluindo-se a que é praticada especialmente nos âmbitos dos poderes Executivo e Legislativo – seja no plano Municipal, Estadual ou Federal. Sucede que, em muitos casos, o fato de a pessoa não gostar de política está intrinsecamente relacionada a

escândalos políticos, a promessas não cumpridas por candidatos a cargos eletivos, corrupção, falta de atendimento a demandas populares etc.

É certo que as pessoas tenham suas preferências e seus gostos particulares, de maneira que nem todos devem ser premiados a simpatizarem com determinados temas ou agendas sociais. Por outro lado, é importante salientar que, em muitos casos, a impressão que as pessoas têm da política referencia-se na tradicional forma de se enxergar a política: no plano institucional e no âmbito do Estado, ou nas decisões ligadas ao poder em nível de Estado. Essa simples confusão gera, em algumas pessoas, uma resistência à política e, com efeito, faz com que estes atores sociais prefiram o afastamento não só da prática política, mas dos debates e, sobretudo, da busca por ter seus interesses atendidos.

Já faz muito tempo que as Ciências Sociais promoveram a extensão do olhar sobre o poder, de forma que fazer política não mais é visto sob o ponto de vista das grandes decisões em nível de Estado. Nesse sentido, enxergar e valorizar o fazer política em qualquer nível da vida social, desde decisões - e representações – de interesses tomados em pequenos grupos, como as que são representadas em nível que podemos denominar de macro.

A partir dessa renovação teórica sucedeu-se uma gama de estudos que – desde os anos 1960 – visam valorizar o poder em diversas instâncias. As pessoas – os que não têm contato com o saber histórico e sociológico –, no entanto, não tendem a enxergar suas práticas cotidianas, a valorização de seus interesses sociais e a luta por seus direitos como fenômenos ligados à atuação política; por essa linha de raciocínio, terminam por absterem-se da prática política cotidiana. Segundo o antropólogo Eric Wolf:

“[...] não devemos confundir a teoria da soberania do Estado com os fatos da vida política. Muitas organizações dentro do Estado geram, distribuem e controlam poder, competindo entre si e com o poder soberano do Estado”. (WOLF, 2003, p. 94).

Ora, vamos pensar numa alegoria bem singela, mas que pode nos fazer vislumbrar uma relação análoga importante entre as pequenas decisões ligadas ao poder e a política que se convencionou denominar de tradicional, ou de nível macro. Três amigos estão no deserto e encontram, por sorte, uma garrafa de um litro cheia de água. Começa, a partir desse evento, uma discussão acerca de como será utilizado o bem que foi encontrado. Um dos participantes argumenta que não gosta desses debates ou desse tipo de atividade e se esquiva da decisão, alegando que confia na escolha que os outros dois farão. Os outros dois amigos, imbuídos de um espírito de fazer valer seus interesses, mas sem prejudicar o grupo, decidem que eles ficarão com 400ml de água e que o amigo que não quis participar da decisão ficaria com 200ml. A dupla fundamenta sua decisão no fato de que o amigo que

não quis participar da discussão, talvez, não estivesse com tanta necessidade de se hidratar como a deles. Conclusão: um ato simples – mas revestido de grande importância num determinado contexto – gera um prejuízo e uma desigualdade na distribuição dos bens porque um ator social se absteve de entrar num debate para reivindicar seus direitos.

O que vimos nesta pequena estória ilustra um pouco da importância dos atores sociais numa sociedade que pretende ser democrática e que faculta aos seus cidadãos a prática da luta por direitos e bens sociais. Sabemos – de forma não ingênua – que numa sociedade, com sua diversidade incomensurável e com as estruturas de poder mal distribuídas, as relações sociais e políticas não se desenvolvem com essa simplicidade e funcionalidade exemplares.

O objetivo deste artigo, não obstante, é discutir como a imprensa do Rio de Janeiro tem noticiado e avaliado a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), nesta cidade, sob o ponto de vista dos amplos direitos - ou da conquista de direitos - dos moradores das favelas onde as referidas Unidades policiais foram colocadas para funcionar. A partir desta discussão, intenta-se, mesmo neste breve espaço, sugerir caminhos para que não se esvazie a luta política dos moradores de favelas. Tendo em vista que este programa é bastante recente – a primeira UPP foi instalada em 19 dezembro de 2008, no Morro Santa Marta¹ – visa-se, ainda, abrir um canal de debate acerca não só do papel das UPPs nas favelas cariocas, mas, especialmente, sobre o desempenho da imprensa neste contexto, na medida em que este é um canal que veicula notícias e contribui para criar representações sociais.

A orientação política das intervenções estatais em favelas

A história das políticas públicas executadas em favelas do Rio de Janeiro está relacionada diretamente à representação social que elas desfrutam junto à sociedade. Marcelo Burgos, por exemplo, discorre sobre “o nexos existente entre as representações do ‘problema favela’ e a atuação, frente ao mesmo, do poder público” (BURGOS, 1998, p. 25). Nesse sentido, o autor visa compreender as políticas públicas nas favelas como um reflexo de uma conjuntura histórica e, por conseguinte, como uma consequência da relação estabelecida entre essa conjuntura e a representação social que a favela tem em determinado contexto histórico.

Nota-se, que no início do século XX, a gênese da favela carioca suscitou o objetivo de sua extirpação, por parte do Estado, uma vez que a favela era caracterizada como a lepra da estética (VALLADARES, 2000, p. 12), bem como em razão da visão preconceituosa em relação a seus moradores. Por volta de 1940, o Estado “abandona o enquadramento do problema em termos de ‘solução’, em favor de um objetivo mais modesto [...] de controle e

regulamentação [das favelas]”. (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 226). Prevalece, a partir deste reconhecimento da favela, do conjunto de intervenções estatais nesta e da organização de seus moradores, a perspectiva do “controle negociado” (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 229). Nesta perspectiva, o objetivo do Estado – e de organizações paraestatais – era controlar a expansão e a participação política dos moradores de favela por meio da negociação de seus direitos civis, sociais e políticos, ou nos termos de Machado da Silva:

“Ao mesmo tempo que as agências ao mesmo tempo que as agências estatais e os demais atores políticos desistem de impor uma solução final de cima para baixo, associações de favelados despontam como atores coletivos, em uma interação com as grandes forças sociais do período”. (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 229).

Segundo Machado da Silva, com o golpe de 1964, há uma polarização entre a orientação pela remoção ou pela urbanização. Marcelo Burgos destaca, com clareza, a prevalência do intenso processo de remoção, ocorrido entre os anos de 1968 e 1975. Neste período, especificamente, a organização dos favelados empreende uma luta em dois planos: “o retorno à democracia e a resistência à remoção” (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 230).

A opção pela remoção só foi enfraquecida por volta da segunda metade da década de 1970, “devido à dificuldade de financiamento causada pela mudança de orientação dos organismos internacionais, conjugada com a abertura política” (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 231).

Desde a redemocratização, nota-se uma tendência à retomada do processo orientado para a urbanização das favelas, como foi o caso do programa Favela-Bairro. Uma questão, entretanto, não estava sendo colocada em discussão ainda: a violência dos traficantes de drogas, que desde os anos 70 e, com maior ênfase, nos anos 80, que passa a dificultar a atuação do Estado nas favelas ocupadas. Na argumentação de Burgos, o retraimento do Estado, que historicamente se estabeleceu para as populações faveladas, não se rompeu na fase democrática. Segundo este autor:

“Os constrangimentos que esses poderes paralelos impõem às organizações políticas locais, inclusive com o assassinato de muitas de suas lideranças, dão prosseguimento ao terror policial antes imposto pelo estado. Inibe-se, com isso, a adesão dos excluídos à institucionalidade democrática, o que representa um desafio à própria democracia”. (BURGOS, 1998, p. 44).

Em face deste cenário, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na gestão Sérgio Cabral, implanta as UPPs, explicitando seu objetivo como sendo o de:

“Recuperar para o Estado territórios empobrecidos e dominados por traficantes. Tais grupos, na disputa de espaço com seus rivais, entraram numa corrida armamentista nas últimas décadas, uma disputa particular na qual o fuzil reina absoluto²”.

Vale acrescentar, ainda, que essa política pública foi criada, também, em consonância com as exigências do Comitê Olímpico Internacional, por conta do grande evento que será a Olimpíada do Rio de Janeiro, em 2016, pois, em entrevista ao Jornal O Dia, José Mariano Beltrame (Secretário de Segurança do Rio de Janeiro) fez a seguinte declaração: “Vamos aumentar o efetivo de 37 mil para 55 mil [policiais]. Isso, inclusive, é exigência do Comitê Olímpico para 2016³”. Essa afirmação revela algo mais do que os objetivos explicitados na página oficial das UPPs, na Internet⁴.

Até momento já foram implantadas treze UPPs, sendo que o Complexo do Alemão já está ocupado pela polícia e aguardando a instalação oficial desta Unidade de Polícia. As UPPs instaladas são: Andaraí, Babilônia/Chapéu-Mangueira, Batam, Borel, Cidade de Deus, Formiga, Macacos, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, Providência, Salgueiro, Santa Marta, Tabajaras/Cabritos, Turano⁵.

O modelo de policiamento implantado pelas UPPs tem como objetivo estabelecer uma nova relação com os moradores de favelas antes controladas por traficantes. Sua forma de atuação fundamenta-se nos “princípios da Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública⁶”.

Convém destacar que, por ser uma política pública recentemente implantada, as UPPs ainda não suscitaram uma gama muito grande de trabalhos sobre sua atuação e modelo, até porque a população – inclusive os pesquisadores – estão ainda em processo de avaliação de seu desenvolvimento. Não obstante, vale evidenciar a posição de dois eminentes pesquisadores preocupados com o tema da violência e da segurança pública, bem como destacar algumas de suas posições iniciais, de forma que estas fundamentem a discussão que pretendemos estabelecer acerca do papel da imprensa como veículo social de divulgação dos resultados e como veículo que notadamente contribui para criação – e/ou reforço – de representações sociais.

Luiz Eduardo Soares, que, inclusive, foi Subsecretário de Segurança e Coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do Estado do Rio de Janeiro, no período de janeiro de 1999 até março de 2000, elogia o programa das UPPs, mas salienta que “para tornarem-se política pública terão de incluir duas qualidades indispensáveis: escala e sustentabilidade” (SOARES, 2010), ou seja, terão de ser assumidas, na esfera da segurança, pela Polícia Militar e deverão contemplar favelas dominadas pelo tráfico e, ademais, terão que se manter no controle destes territórios (SOARES, 2010).

O sociólogo Luiz Antonio Machado da Silva argumenta que há evidências importantes de que as UPPs têm conseguido resultados positivos, como, por exemplo, sua constituição como uma forma inovadora de repressão ao crime, redução razoável dos índices de violência nos locais onde foram implantadas, a melhora no sentimento de segurança dos moradores de áreas afetadas, entre outros resultados (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 1).

O autor em evidência, no entanto, tece algumas críticas importantes e balizadoras para uma leitura acurada da situação, sobretudo em se tratando de uma análise crítica do papel desempenhado pela imprensa, neste contexto que vivemos. Primeiro ponto da crítica do autor a ser destacada seria a análise das políticas públicas sob o ponto de vista binário, ou oposição “bem versus mal”, “bom versus ruim” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 1). O corolário dessa situação é “que as UPPs contém, na prática, uma dimensão de reforço à secular dualização da cidade, que deu margem ao título do conhecido livro de Zuenir Ventura, ‘Cidade Partida’” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 1).

Outra crítica dirigida por este autor à condução deste programa é o que ele considera como – pelo menos até o momento da escrita do artigo – o grande risco das UPPs: o controle político da população que mora em áreas ocupadas pelas UPPs. Machado da Silva salienta que a forma com a qual se está conduzindo o programa pode esvaziar e enfraquecer cada vez mais o poder de reivindicação dos moradores de favelas. O grande risco, segundo o sociólogo em análise, gira em torno do fato de a Polícia Militar estar fazendo o papel de mediador entre os moradores de favelas e o poder político, tornando inoperante, nesta perspectiva, o papel das associações de moradores e do poder de reivindicação das pessoas que moram nas favelas ocupadas. Isso para não revelar a preocupação do autor com o esvaziamento do próprio discurso do Estado, tornando monolítica sua atuação nas favelas, ou seja, dirigindo seu trabalho apenas no sentido da pacificação, fato que tem sido – pelo menos em parte – desmentido pela atuação da UPP social⁷.

Convém, também, destacar a visão que os autores em análise – Soares e Machado da Silva – apresentam em relação à atuação da imprensa nessa fase de implantação das UPPs, que são marcos importantes na análise e discussão que estamos empreendendo. Soares, por exemplo, desfere uma crítica aguda à imprensa – não sem razão –, argumentando que esta só confere importância ao problema da violência em fases de crises agudas, “não incentivando nenhum investimento reflexivo e informativo realmente denso e consistente (SOARES, 2010)”. Segundo o autor:

“Esse código jornalístico, com as exceções de praxe, não funciona, quando o tema tratado é complexo, pouco conhecido e, por sua natureza, rebelde ao modelo de explicação corrente. Modelo que não nasceu na mídia, mas

que orienta as visões aí predominantes. Particularmente, não gostaria de continuar a ser cúmplice involuntário de sua contínua reprodução”. (SOARES, 2010).

Apesar de não deixar de apresentar os pontos positivos da mídia, Machado da Silva também sinaliza alguns pontos negativos da atuação da imprensa, como, por exemplo, o “exagero propagandístico nas dimensões deste movimento [implantação das UPPs]” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 3).

A imprensa e a representação social das UPPs

Diante da exposição teórica de alguns pontos essenciais à fundamentação deste artigo, cabe, a partir deste ponto, discutir algumas questões importantes, ligadas ao problema da instalação das UPPs e sua representação social, especialmente no que tange ao trabalho da mídia.

Desde a implantação das UPPs, a imprensa vem noticiando os fatos de uma forma muito clara: há um objetivo explícito de vincular as Unidades supracitadas a um projeto de pacificação da cidade como um todo, indo muito além da valorização do escopo do projeto, que é, conforme palavras da própria Secretaria de Segurança:

“A idéia é simples. Recuperar para o Estado territórios empobrecidos e dominados por traficantes. Tais grupos, na disputa de espaço com seus rivais, entraram numa corrida armamentista nas últimas décadas, uma disputa particular na qual o fuzil reina absoluto⁸”.

O papel da imprensa é destacado, com efeito, pelo próprio Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, que afirma: “Implantamos há menos de um ano o projeto UPP *que recebe forte apoio da mídia e da sociedade*⁹”. (Grifos nossos). E não se pode mesmo negar a repercussão que há, na imprensa, a cada incursão policial cujo objetivo é ocupar favelas dominadas por traficantes, a fim de preparar terreno para a instalação das inovadoras Unidades de Polícia. Numa edição de domingo, o Jornal O Dia publicou uma matéria com a seguinte manchete: “Com UPPs, Tijuca celebra a rotina sem violência¹⁰”. E outra edição do Jornal, foi publicada a seguinte manchete: “Pacificação da a largada para a nova fase na Tijuca¹¹”. Em Editorial, o referido Jornal publicou o seguinte título: “Pela paz duradoura no Rio¹²”. Com relação à celebração da virada de ano (2010-2011), o Jornal O Dia publicou na manchete única da primeira página de sua primeira edição do ano de 2011: “Fogos da Liberdade”, com subtítulo expressando a seguinte mensagem:

“Iluminada por luzes e fogos, a Igreja da Penha, Zona Norte, parecia a Disney, no primeiro Réveillon dos sonhos de milhares de moradores de favelas vizinhas, que ficaram livres de traficantes¹³”.

Além disso, editoriais, artigos de jornalistas, matérias diárias, fotografias e depoimentos de moradores ratificam a importância e valor da ocupação da polícia e a consequente expulsão de traficantes de drogas. Diretora de uma escola na Cidade de Deus, Marilina Amaral, faz o seguinte depoimento: “Antes, os alunos só vinham [à aula] quando não havia conflito. Isso acabou. Eles agora estão tendo o ensino regular. Os professores podem planejar as aulas e os pais saem para trabalhar tranquilos¹⁴”. Numa edição especial, o Jornal O Dia lançou um encarte denominado “Diários da Liberdade”. O conteúdo deste revela os diários de um morador do morro do Borel, de uma moradora de um prédio vizinho ao morro, de uma criança que vive no referido morro e de um integrante da polícia que trabalha no local. Ozéias Cardoso, pedreiro, pastor e morador do Borel, faz uma declaração por conta da instalação da UPP: “Neste dia [o da ocupação da polícia], posso destacar a tranquilidade de nossa comunidade. [...] Desde criança esperava ver essa harmonia e digo que isso está acontecendo agora¹⁵”.

O apoio às Unidades de Polícia Pacificadora é maciço¹⁶, não só na mídia, mas também junto à população da Cidade do Rio de Janeiro, especialmente junto às próprias pessoas que vivem nas favelas ocupadas pelas UPPs, cujo controle – novo controle, capitaneado pelo Estado – tem levado os moradores destes lugares a experimentarem uma sensação de maior liberdade; isso fica claro em inúmeros depoimentos que são flagrados na imprensa¹⁷, bem como nas declarações e confissões feitas por amigos e familiares de pessoas que conhecemos e moram em favelas ocupadas. Uma parcela significativa está realmente aliviada por não ter mais que conviver com “o silêncio sobre as ações dos bandidos” (ZALUAR, 198, p. 215) e imposições de toda a sorte. É curioso notar o desabafo das pessoas, que afirmam estarem aliviadas porque pelo menos agora conseguem dormir à noite com tranquilidade, pois quando a favela era dominada pelo tráfico o barulho dos tiros incomodava o sono deste morador¹⁸.

Mas esse não é o cerne da questão que estamos propondo debater. Esse fato já está muito propagado pela mídia e é percebido pela imensa maioria dos moradores da Cidade. A rigor, já há pesquisadores que começam a escrever artigos reconhecendo os quesitos positivos, que vêm acompanhados das UPPs, como, por exemplo, Machado da Silva (2010). O que pretendemos discutir é, a rigor, o papel da mídia na propagação da UPP como fato social e, por conseguinte, o exagero que a mídia tem cometido, sobretudo no que tange à esperança de que a Cidade seja realmente pacificada – fato que julgamos problemático. Alguns depoimentos revelam ou sugerem esse exagero: “A Cidade de Deus

mudou da água para o vinho. Ficamos livres de bandidos e agora, com as ruas iluminadas, já podemos sair de casa à noite¹⁹”.

O exagero a que nos referimos está caracterizado pela propagação de uma representação social que a UPP não se propõe fazer. Há uma dissonância discursiva entre a finalidade das UPPs e a acentuação desta finalidade pela mídia, em que pese o apoio desta àquela, conforme já explicitado anteriormente. Ora, expulsar traficantes de uma favela e deixá-la controlada pela polícia – uma polícia preparada para lidar com as pessoas sob o signo do respeito aos direitos humanos – não significa pacificar a cidade do Rio de Janeiro. Mas, é esse o discurso presente e propalado em muitas matérias, editoriais, fotos e artigos veiculados pela mídia, principalmente na fonte em que estamos desenvolvendo nosso atual trabalho de pesquisa: O Jornal O Dia (que tem significativa participação na divisão do mercado carioca). Nesta linha de raciocínio, segundo Machado da Silva:

“Não é prudente avaliar políticas públicas por meio de uma síntese binária, do tipo “bom” x “ruim” – e esta afirmação é verdadeira em particular para as mais inovadoras. *O que sustenta o entusiasmo acrítico com as UPPs é a esperança de uma cidade calma e serena, que é o outro lado do medo do vizinho que há décadas nos assola a todos. Infelizmente, esta expectativa é um mito inatingível que pode por a perder a própria experiência das UPPs*”. (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 1). (Grifos do próprio autor).

Há, ainda, um problema derivado deste exagero midiático: a despolitização da causa dos direitos plenos dos moradores de favelas. Essa é uma questão mais densa e menos visível no plano da superficialidade. Sucede que, a partir da ampliação da euforia da paz propagada pela imprensa, pode haver – como uma consequência não prevista – um esvaziamento das reivindicações dos moradores de favelas, uma vez que, de acordo com o que vem sendo noticiado, as favelas onde foram instaladas UPPs estão vivendo um período de paz e isso já seria o suficiente para a felicidade dos seus moradores.

Ora, convém reiterar: é claro que a expulsão dos traficantes e o novo modelo de policiamento têm efeitos benéficos para os moradores de favelas; este, não obstante, é apenas o primeiro passo em busca da conquista de outros direitos, de modo a que se possa reverter o que a autora Maria Alice Rezende de Carvalho denomina de “Cidade Escassa” (CARVALHO, 2000). Nesse sentido, é essencial deixar claro que o esvaziamento da causa da politização dos problemas das favelas se encontra no fato de que as UPPs e sua versão social (a UPP Social), têm gerado, nas pessoas moradoras de favelas, uma esperança de melhoria de vida muito maior do que os dados empíricos nos apresentam, pois esta cidade ainda é dotada de um péssimo sistema educacional público e de saúde, além de possuir uma das maiores concentrações de renda do país. É exatamente neste sentido que a “imagens espetaculares” e a “lógica da retórica paradoxalmente triunfalista do discurso oficial” (SOARES, 2010), contribuem para gerar na população - moradora de favela ou não -

uma sensação e impressão de que estamos a caminho de um cenário brilhante, ao que devemos posicionar a questão com o devido peso que ela deve ter: ocupação das favelas, ou melhor, combate a crimes de qualquer natureza – por mais que seja um bem extraordinário para toda a população carioca – é apenas parte das conquistas sociais que essa cidade precisa. Portanto, precisamos avançar muito mais além das UPPs.

Machado da Silva já havia percebido essa lógica do esvaziamento político dos problemas das favelas por meio de outro ponto de vista: os dados empíricos locais. Segundo este autor:

“A função de mediação político-administrativa entre as populações moradoras dos territórios da pobreza e o mundo público, que representou a força (e a fraqueza, pois esta posição é como um copo d’água, ao mesmo tempo meio cheio e meio vazio) das associações de moradores tem sido esvaziada por uma série de circunstâncias”. (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 6).

O que pretendemos por em evidência é que a alusão à pacificação - à qual traçamos um paralelo com a “metáfora da guerra²⁰” (LEITE, 2000, p. 75) - tem gerado nos órgãos de imprensa a sensação de que, com a vitória contra o tráfico e a consequente expulsão dos seus líderes que ocupam inúmeras favelas do Rio de Janeiro, o problema da violência poderia estar resolvido.

Além desta linha de pensamento, há a que visa criar nos moradores da cidade, notadamente os moradores de favelas, a impressão ou esperança de que a partir de agora a vida na favela seria plena de cidadania, pois o poder público estaria na direção e não mais os traficantes. Casar-se-iam as ideias de que, com o fim do tráfico e da ocupação de traficantes, o Estado poderia entrar livre e maciçamente nas favelas para oferecer serviços diversos à população que mora nestes lugares. Essa, pelo menos, tem sido uma linha de argumentação muito utilizada por Beltrame.

Esse é um dos pontos nodais de nossa preocupação crítica e argumentação propositiva neste trabalho, visto que o argumento do Secretário de Segurança é muito interessante, mas nos faz pensar um pouco além de sua própria proposição, enfrentando com criticidade a questão colocada.

Essa linha de pensamento e atuação do Estado pode esconder dois problemas derivativos e que – a médio ou longo prazo – poderiam causar o esvaziamento da causa política das favelas cariocas. O primeiro estaria relacionado ao controle dos interesses, reivindicações e necessidades das pessoas moradoras das favelas – controle este exercido pelo Estado. O segundo se ligaria à falta de pró-atividade – ou o incentivo à abstinência política – dos moradores de favelas, haja vista que, neste processo, o Estado já estaria

cumprindo sua função de levar serviços essenciais e que fossem atender às necessidades dos moradores. Nessa perspectiva, segundo Machado da Silva:

“Quando se pensa na população que mora nas localidades onde estão implantadas as UPPs ou são potenciais alvos delas, podemos dizer sem medo de errar que, atualmente, sua capacidade reivindicativa é muito limitada. [...] Ora, quanto mais frágil a posição de um grupo social, mais curto é seu horizonte político.” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 4).

Conforme já apresentado anteriormente, a história das políticas públicas em favelas está revestida de um conteúdo representativo das favelas que não contribuiu para gerar soluções sempre favoráveis aos seus moradores; ao contrário, o que se percebe ao analisarmos a história destas políticas é a primazia de uma intenção de controle negociado (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 229). Por isso, há que se ter preocupação com esse tipo de atuação do Estado nas favelas; atuação esta que pode ser muito bem aproveitada, desde que com a participação política e decisiva dos atores sociais mais interessados – e menos privilegiados em matéria de direitos sociais -, ou seja, os moradores das favelas. É importante acrescentar ainda que, neste caso, não estamos limitando nossa argumentação e proposição aos moradores das favelas ocupadas pelas UPPs, mas estendendo para outras favelas.

Nessa linha de argumentação, convém apresentar dois argumentos centrais utilizados por Machado da Silva (2002) para reforçar o que vimos tecendo como matriz de pensamento central; este autor apresenta dois movimentos conjugados que, em sua perspectiva, contribuem para o enfraquecimento das mobilizações dos moradores de favelas: primeiro o autor destaca a fragmentação das mobilizações dos moradores de favelas, na medida em que suas reivindicações são tomadas e tornadas como simples reivindicações por serviços públicos; e a segunda está relacionada à construção de uma “auto-imagem dos favelados mais como uma clientela ou público do que como uma categoria social com interesses definidos” (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 235).

Em razão do exposto, Machado da Silva e Márcia Leite propõem como resposta à fragmentação da luta política da população moradora de favelas o fortalecimento da ação coletiva de base (de bairro). Segundo os autores, esta ação “[...] precisa desenvolver um projeto autônomo [...]. No entanto, isso não quer dizer que ela precise, ou possa, ser independente, isolada” (MACHADO DA SILVA & LEITE, 2004, p 72).

Considerações finais

Conforme apresentado no início deste trabalho, a atuação política não se expressa somente em nível de Estado, mas também nos micro-territórios ou nos pequenos espaços

de poder, pois uma sociedade é – invariavelmente – fundada no conflito, que, minimamente se expressa no conflito de interesses. Portanto, aquele – ou aqueles - que não se interessa por política ou por expressar seus interesses e disputar por direitos, termina por transferir a outrem essa capacidade, ainda que não se queira fazê-lo.

Temos que estar, verdadeiramente, atentos aos acontecimentos de nossa cidade e as UPPs têm instaurado uma nova ambiência social que se reveste de uma condição e atmosfera política. Logo, nesse sentido, deixar o Estado atuar livremente seria uma forma de lhe conceder um estatuto que historicamente lhe foi concedido. E o que se percebeu, historicamente, é que seu modelo de atuação contemplou menos os interesses das populações faveladas do que os da população mais abastadas e/ou o interesse do próprio Estado em manter uma boa capacidade de governabilidade – ou seja, manter uma representação positiva de sua atuação junto à população carioca.

Consideramos fundamental, portanto, uma análise crítica da representação do trabalho desenvolvido pela mídia, que, em que pese seus benefícios sociais, têm contribuído para superestimar a função social das UPPs, criando um ambiente de otimismo exagerado e que transborda – em muito – o papel que está sendo designado pelo próprio Estado. Noticiar, problematizar questões, esclarecer, revelar aspectos positivos do novo cenário social criado pelo atual governo é, decerto, papel da mídia e este é fulcral para toda a sociedade. Mas, devemos enfrentar uma questão essencial: todo o trabalho público deve estar sob a mira de posições críticas, e destas a mídia não está a salvo. Corrigir os rumos, neste contexto histórico em que vivemos – não só com a implantação as UPPs, como com a consolidação da democracia – significa dar maior contribuição à sociedade, de forma que se possa criar uma representação social dos fatos buscando sempre bem dimensioná-los, pensando nas consequências de nossas representações. Nesse sentido, como nossa sociedade é fundada na assimetria de posições sociais – e de distribuição de bens materiais – é papel das instituições sociais – especialmente da mídia – incentivarem que haja maior igualdade entre os cidadãos e isso não se promove se contentando com o básico, mas sim se criando condições para uma atuação política plena e que reivindique direitos. Se não seguirmos esse caminho, corre-se o risco de os moradores de favelas ficarem na mesma situação do amigo que desfrutou da menor parte da água que foi dividida no deserto - de 200ml de água - na alegoria que criamos para melhor entender a importância da participação política engajada.

Bibliografia

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história – especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BIRMAN, Patrícia. “Favela é comunidade?”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, pp. 97-114.

BURGOS, Marcelo Baumann. 1998. “Dos parques proletários: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, FGV. p. 25-60.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de (2000). “Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política”. In: C.Alberto Messeder Pereira; Elizabeth Rondelli; Karl Erik Schollhammer; & Micael Herschmann (orgs.). *Linguagens da Violência*, Rio de Janeiro, Rocco.

FALCON, Francisco. “História das Idéias”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Organizadores). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus (Elsevier), 1997, pp. 91-125.

FAUSTO NETO, Antonio. “Discurso político e mídia”. In: RUBIM, Antonio Albino (Org.). *Comunicação e política: Conceitos e abordagens*. 1 ed. São Paulo: Edufba, 2004, v. 1, p. 105-126.

WOLF, Eric. “Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. *Antropologia e poder – contribuições de Eric H Wolf*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003, pp. 93-114.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KATZMAN, R. *Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos*. Revista de la CEPAL, nº 75, Dezembro, Santiago do Chile, 2001.

LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

LEITE, Márcia. “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da solidariedade no Rio de Janeiro”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Volume 15, nº 44, outubro de 2000, pp. 73-90.

LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-história”. In: Peter Burke. *A escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 133-161.

MACHADO DA SILVA, Luís A. 1967. “A política na favela”. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, mai./jun. p. 35-47.

_____. “A continuidade do ‘problema favela’”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). *“Cidade: história e desafios”*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, pp. 220-237.

_____ & LEITE, Márcia P. “Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas”. In: *Rio: a democracia vista de baixo*. IBASE – Rio de Janeiro: IBASE, 2004, pp. 61-77.

_____. “Afim, qual é a das UPPs”. In: www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br, março de 2010.

PARK, Robert Ezra. “A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Ambiente”. In: VELHO, Otávio G. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1973, pp. 26-67.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: Jacques Revel (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, pp. 15-38

SOARES, Luiz Eduardo. “A crise no Rio e o pastiche midiático”. In: <http://luizeduardosoares.blogspot.com/2010/11/crise-no-rio-e-o-pastiche-midiatico.html>

VALLADARES, L. “A gênese da favela carioca”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Volume 15, nº 44, outubro de 2000, pp. 5-34.

WACQUANT, L. *Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa*. Novos Estudos CEBRAP, nº 43, novembro, pp. 64-83, 1997.

WIRTH, Louis, “O Urbanismo como Modo de Vida”. In: VELHO, Otávio G. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1973, pp. 90-113.

ZALUAR, Alba. 1998. “Crime, medo e política”. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, FGV. pp. 209-232.

Notas

¹ Fonte: <http://upprj.com/wp/timeline.html>. Consultar o link “Linha do Tempo”.

² Essas são palavras do próprio Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. Fonte: <http://upprj.com/wp/?p=175>, postado em Quinta-feira, 10 de Setembro de 2009, às 15:44 na categoria Comunidade UPP (ASCOM SEGEG).

³ Fonte: *Jornal “O Dia”*, 02/05/2010, Ano 59, número 21.137, 2ª Edição.

⁴ “A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. [...] As UPPs representam uma importante ‘arma’ do Governo do Estado do Rio e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população. Hoje, cerca de 200 mil pessoas são beneficiadas pelas unidades”. Fonte: <http://upprj.com/wp/?p=175>, consultada dia 03/01/2010.

⁵ Fonte: http://upprj.com/wp/?page_id=20, consultado em 03/01/2011.

⁶ Fonte: http://upprj.com/wp/?page_id=20, consultado em 03/01/2011.

⁷ Coordenada pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Seasdh), a UPP Social sempre inicia suas atividades pela implantação de um fórum, como aconteceu na Providência, Cidade de Deus e no Borel. É um espaço de debate, aberto a todos, ao qual comparecem secretários municipais e estaduais; subprefeitos; representantes de empresas prestadoras de serviços, como Light, Rio Luz, Cedae e Comlurb; empresários e comerciantes da região; moradores e lideranças comunitárias; professores; religiosos; agentes de saúde; estudantes e outros interessados.

A UPP Social tem como metas principais consolidar a paz e articular ações de desenvolvimento nas comunidades. Uma das prioridades é a prevenção da violência entre jovens, oferecendo oportunidades educativas, profissionais e de lazer e buscando envolver os mais vulneráveis. Outro destaque é a construção coletiva, em cada comunidade, de novas regras de convivência. Se antes o que valia era a palavra do “dono” local, agora os moradores formalizam negócios e o uso de serviços

e decidem, juntos, sobre festas, barulho, eventos e uso do espaço comum. Vamos combinar é o mote para este novo momento nas favelas do Rio”.

Fonte: <http://www.uppsocial.com.br/o-projeto>. Consultado em 03/01/2011.

⁸ Fonte: palavras do Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. <http://upprj.com/wp/?p=175>, consulta feita em 03/01/2010.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ Fonte: Jornal “O Dia”, domingo, dia 15/8/2010, nº 21.242, ano 60, 2ª edição, p. 4.

¹¹ Fonte: Jornal “O Dia”, domingo, dia 2/5/2010, nº 21.137, ano 59, 2ª edição, p. 4.

¹² Fonte: Jornal “O Dia”, segunda-feira, dia 13/12/2010, nº 21.361, ano 60, 1ª edição, p. 16.

¹³ Fonte: Jornal “O Dia”, sábado, dia 1º/01/2011, nº 21.381, ano 60, 1ª edição, p. 1.

¹⁴ Fonte: Jornal “O Dia”, encarte especial de domingo sobre a UPP. Dia 25/7/2010, p. 3.

¹⁵ Fonte: Jornal “O Dia”, encarte especial denominado “Diários da liberdade”. Domingo, 06/06/2010, especial.

¹⁶ Em artigo escrito para o Jornal O Dia, o professor e economista Wilson Brito Diniz informa que “As Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) [são] aprovadas por mais de 70% da população”. Fonte:

Fonte: Jornal “O Dia”, sábado, dia 29/05/2010, nº 21.165, ano 59, 1ª edição, p. 16.

¹⁷ A título elucidativo do papel das UPPs para alguns moradores de favelas, vale um depoimento de morador à imprensa: Douglas, morador da Casa Branca, favela próxima ao Borel, relata: “Já reúno a minha família na minha casa, no morro da Casa Branca, sem medo. Sentia muita falta da minha tia, que mora na Formiga [outro morro próximo], e nunca podia ir lapela rivalidade do tráfico. A gente só se via no Natal, na casa da minha avó, em Niterói”.

¹⁸ Um aluno meu, morador da Favela Jardim Batan, fez um depoimento deste para mim, ao ser questionado se a vida dele havia melhorado ou não com a presença das UPPs. Vale registrar que esse depoimento foi no âmbito da particularidade, fato que confere maior isenção e legitimidade a este. Outro registro importante é da menina Jéssica, em diário feito para o Jornal O Dia, por conta da ocupação do morro. Assim afirma ela: “Quando a UPP e o Bope vieram no Morro do Borel, o morri ficou mais legal e calmo [...]. Antes da UPP entrar no morro não era muito legal, sabe? Os bandidos não respeitavam muito, mexiam com as pessoas que passavam dizendo ‘eu vou te pegar (bater)’”. Fonte: Jornal “O Dia”, encarte especial denominado “Diários da liberdade”. Domingo, 06/06/2010, especial.

¹⁹ Fonte: Jornal “O Dia”, especial, sexta-feira, dia 30/04/2010, p. 4.

²⁰ Medo do morro descer para o asfalto, tendo em vista que a cidade estava, nesta representação, partida. Morro – por estar ocupado pelo tráfico - e asfalto protagonizam uma guerra simbólica, representada pela sensação de insegurança dos moradores do asfalto, que, deste modo, preconizavam uma guerra ao crime organizado, espacialmente definido e identificado – neste contexto – com os morros e favelas do Rio de Janeiro.